

Senado faz acordo

29 ABR 1982

para aprovação dos empréstimos

O acordo entre as lideranças do PDS e do PMDB que possibilitará a desobstrução da pauta do Senado, permitindo a aprovação dos empréstimos solicitados por prefeituras municipais, está praticamente concluído. Será um acordo eminentemente político, desde que inclui a negociação entre as lideranças de caso por caso dos empréstimos acima de Cr\$ 50 milhões. Assim, é certo que esses empréstimos não serão vistos apenas do ponto de vista técnico, mas também, político eleitoral.

À noite, o senador José Lins, vice-líder do PDS, que vem tratando dessas negociações pelo lado do partido governista, iria entregar sua contraproposta ao PMDB.

A bancada do PMDB decidira na terça-feira incluir na pauta apenas os empréstimos até Cr\$ 50 milhões. Os demais poderiam ir para a pauta mediante acordo de liderança. O senador José Lins e os prefeitos presentes em Brasília entenderam que isso obrigaria a reunião da bancada do PMDB, para examinar cada caso acima de Cr\$ 50 milhões. No entanto, antes mesmo de receber a contraproposta de José Lins, por escrito, somente conhecendo seus termos, o senador Henrique Santillo, vice-líder do PMDB, que está cuidando desse assunto, garantiu que não haverá reunião de bancada, mas tão-somente negociações entre as lideranças, tal como propõe o PDS. O PMDB, que tem 19 de seus 27 senadores como candidatos a postos majoritários nas próximas eleições, portanto, em campanha, propõe uma semana de esforço concentrado por mês, com a aprovação de, no máximo, dez projetos por sessão. Seria colocados na pauta prioritariamente os empréstimos de até Cr\$ 50 milhões.

O senador José Lins fez as contas e viu que não vai dar certo. Numa semana por mês, com o Senado se reunindo apenas três dias por semana, seriam examinados apenas 30 empréstimos. Até o final do ano legislativo, com cinco meses de trabalhos, seriam examinados somente 150 projetos, ou seja, quase que o mesmo número dos empréstimos de até Cr\$ 50 milhões, ficando para a próxima legislatura mais de 150 projetos, justamente os de valor acima de Cr\$ 50 milhões.

O PDS, que tem apenas quatro candidatos a cargos majoritários entre entre seus 37 senadores, quer ampliar o esforço concentrado para duas semanas por mês.

O senador José Lins, da parte do PDS, reconhece que os obstáculos poderão ser removidos. "O problema — diz ele — é que o PMDB se deixa conduzir pelo Dirceu Cardoso e o Teotônio Vilela. Os outros senadores são mais transigentes e já estão aceitando". Ele reconhece que o exame de caso por caso dos empréstimos comportará necessariamente um critério político-eleitoral. "É lógico — completa — que se o Santillo não quiser a liberação de um empréstimo para um determinado município de Goiás, não haverá acordo de liderança. O mesmo pode ocorrer com o Luiz Vianna, na Bahia. É obvio que essas coisas possam ocorrer em todos Estados. O importante porém é aprovar o que for possível e desobstruir a pauta.

o PREFEITOS

Ainda ontem, vários prefeitos, dos 45 que terça-feira estiveram em caravana em Brasília, passaram a tarde no Congresso. Estavam revoltados com a possibilidade de, para cada caso de empréstimo acima de Cr\$ 50 milhões, terem de enfrentar uma reunião da bancada do PMDB. Achavam que dessa forma não seria resolvido o problema dos empréstimos.

O senador Henrique Santillo não descartou o interesse eleitoral que os prefeitos têm nesses empréstimos. Lembrou que "estão pintando o Senado de diabo" mas a verdade é que dos 45 prefeitos que estiveram aqui só quatro pleiteavam empréstimos de até Cr\$ 50 milhões. Ficaram revoltados pois a grande maioria deles não será beneficiada automaticamente e tem urgência desse dinheiro para um bom final de governo e igual desempenho na campanha eleitoral".